



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - NPGeo



“30 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO À GEOGRAFIA”

São Cristóvão, 29 e 30 de Agosto de 2013.

## REGIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO MUNDIAL

**Paulo Henrique Silveira Lima**

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia

Universidade Federal de Sergipe.

E-mail: [paulophd.g@ig.com.br](mailto:paulophd.g@ig.com.br)

Orientador: **Professor Dr. Dean Lee Hansen**

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Universidade Federal de Sergipe.

E-mail: [dean.edu@gmail.com](mailto:dean.edu@gmail.com)

### Introdução

Este trabalho analisa o poder das redes de empresas e do Estado no processo de regionalização do espaço mundial e a revitalização/formação dos blocos econômicos. Estes, entendidos como uma estratégia de um conjunto de Estados-nação para fortalecer as políticas inter-regionais, diante da desordem internacional que diminuía a autonomia desses Estados nas décadas de 1980/90. **Metodologia:** trata-se do resultado de discussões ocorridas na disciplina Teorias e Técnicas em Análise Regional, no curso de Doutorado em Geografia da UFS, e de revisão bibliográfica.

### 1 As articulações dos Estados e das empresas na regionalização do Planeta

Ao analisar geopoliticamente as regiões do Planeta a partir do século do século XIX, sob a classificação de Sistema-Mundo (SM), Dollfus (1993), argumenta de que esse sistema “[...] é planetário: nenhuma população se subtrai às impulsões. Traduz-se na aceleração das descobertas científicas e inovações tecnológicas, no desenvolvimento das trocas internacionais.” (DOLLFUS, 1993, p. 31). Consistia na dominação, controle e exploração de vastas regiões e territórios, por meio do poder bélico-militar dos Estados. A Inglaterra liderou esse sistema até o século XIX, quando foi seguida no início do século XX pela França, por meio da conquista de novas regiões na África, depois pela Alemanha, no próprio continente europeu, pela Rússia na Ásia central, pelos Estados Unidos na América do Norte e pelo Japão na Ásia oriental.

Após a Segunda Guerra Mundial e o respectivo desmantelamento dos impérios europeus e japoneses, os Estados Unidos, de um lado, e a ex-União Soviética, de outro, bipolarizaram o SM até 1989. Ou seja, dividiram geopoliticamente o Planeta em duas regiões, uma capitalista e outra socialista. Na região capitalista, liderada pelos Estados Unidos, se concentram os Organismos Multilaterais que pesaram muito nessa disputa, caso da Organização das Nações Unidas (ONU), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM). O Plano Marshall, também, pesou para a região capitalista, uma vez que foi o principal instrumento de reconstrução da Europa ocidental, praticamente destruída pela guerra. A desarticulação dos impérios europeus implicou no surgimento do dito Terceiro Mundo, formado por países considerados pobres das regiões descolonizadas.

Na década de 1980 o Japão emerge como potência econômica e consolida o Sudeste da Ásia como terceira região econômica global, tripolarizando a economia mundial. Em seguida a Alemanha, consolidada na Europa e reconhecida como potência econômica mundial, também passa, ao lado dos Estados Unidos, da ex-União Soviética e do Japão, a centralizar as regiões do poder e da inovação que regulam e transformam o Mundo. “É aí que localiza a grande maioria das 500 maiores empresas financeiras e industriais, os governos e as instituições que pesam sobre o mundo” (DOLLFUS, 1993, p. 34). É aí, também, que as informações são processadas e editadas para, de forma controlada, circularem de forma quase instantânea no sistema de redes que cobre o Planeta, conforme as estratégias dos agentes hegemônicos dessas regiões, que primam pelo controle do poder e da informação.

Destacando que o Japão, devastado pela Segunda Guerra Mundial, na década de 1980 já surge como o terceiro pólo mundial e como potência hegemônica do bloco ASEAN no Pacífico asiático. “Os maiores bancos do mundo são japoneses”. Os grandes grupos, corporações que associam firmas industriais, bancos, sociedades de serviços e de comércio estão entre os mais poderosos do planeta. (DOLLFUS, 1993, p. 37). As empresas japonesas formam oligopólios e estendem suas redes pelo Mundo, por meio da alta tecnologia e mantém forte influência sobre as economias emergentes da região, caso da Coreia do Sul, Taiwan, Filipinas, Tailândia e Hong Kong e, em certa medida, da própria China. “A China marítima e os países da ASEAN são bases de montagem e usinagem, mas o sistema que conceitualiza o produto, o desenvolve e o comercializa permanece japonês.” (DOLLFUS, 1993, p. 38). Finalmente, há que se considerar que, ao lado da China, países como Índia, Brasil, África do Sul, Austrália e a Arábia Saudita vêm aumentando, de forma muito significativa, suas participações na regionalização do espaço mundial.

## **2 Os blocos geopolíticos e comerciais mundiais**

Nas décadas de 1980 e 1990 o comércio internacional enfrentou o paradoxo da liberalização acelerada da economia e do próprio comércio no mesmo momento em que vários projetos governamentais eram desenvolvidos justamente para a criação de blocos econômicos de comércio. Para Pochmann (1997) a formação e/ou revitalização desses blocos foi uma estratégia de um conjunto de países para fortalecer as políticas inter-regionais, diante da desordem internacional que diminuía a autonomia dos Estados. Segundo Dolffus (1993), a própria União Europeia (UE), embora sendo reconhecida como um polo unificado com trocas intensas com o resto do mundo, enfrenta graves problemas devido, principalmente, à sua formação a partir de diversos Estados, política, econômica e ideologicamente diferentes, por não dispor de defesa unificada e por ter periferias em dificuldades. Já “os blocos comerciais supranacionais que reúnem os países asiáticos (APEC), do norte da América e do sul da América Latina (MERCOSUL) ainda se encontram em estágio inicial.” (POCHMANN, 1997, p. 67).

Para Castells (2003, p. 154) com exceção da União Européia e do MERCOSUL, há grandes problemas na consolidação desses blocos. Na Ásia “A ascensão da China ao posto de superpotência, e as recordações duradouras do imperialismo japonês na II Guerra Mundial, tornam impensável um modelo de cooperação institucional semelhante ao da União Européia.” (CASTELLS, 2003, p. 154). A rivalidade entre essas duas gigantescas economias causam rivalidades também entre as demais economias da região, inviabilizando o avanço na formação de um bloco ou de uma união alfandegária no Pacífico asiático. “Em resumo, o que observamos é uma integração cada vez maior do comércio do Pacífico asiático na economia global, em vez de uma implosão intra-regional no Pacífico.” (CASTELLS, 2003, p. 154).

Na América do Norte, o NAFTA mais do que a consolidação de um bloco comercial, “[...] o que observamos é a formação de uma economia, a economia norte-americana, composta por EUA, Canadá e México, e não o surgimento de um bloco comercial.” (CASTELLS, 2003, p. 154).

Na América Central e no Caribe a formação de um bloco comercial esbarra na histórica dependência dos países da região em relação aos Estados Unidos. “As economias centro-americana e caribenha são, com exceção de Cuba no momento, satélites do bloco NAFTA, em continuidade histórica com sua dependência dos Estados Unidos.” (CASTELLS, 2003, p. 154).

Na América do Sul a crescente independência das economias sul-americanas em relação aos Estados Unidos tem viabilizado a formação do bloco do MERCOSUL. De forma que, “a consolidação do MERCOSUL poderia significar uma tendência rumo à integração

multidirecional da América do Sul na economia global.” (CASTELLS, 2003, p. 155). Com a ressalva de que, mesmo com a existência do NAFTA e do MERCOSUL, não existe uma região das Américas. Assim como não existe uma região do Pacífico asiático, apesar da importância do comércio trans-pacífico, fortemente marcado pelo Japão, China e Índia como economias continentais autônomas, “que estabelecem suas próprias conexões internacionais com as redes do comércio internacional.” (CASTELLS, 2003, p. 156). Os países asiáticos do Oriente Médio não diversificaram suas economias, continuam limitados ao fornecimento de petróleo. Na África, a região Norte está se tornando satélite da União Européia e a região Subsaariana, com exceção da África do Sul, continua às margens da economia mundial. Portanto, pode-se deduzir que o processo de regionalização da economia global dissolveu-se diante da formação de diversas redes e que os países não são mais considerados como unidades de comércio e concorrência. “De fato, os mercados de mercadorias e serviços estão-se tornando cada vez mais globalizados. Mas as verdadeiras unidades de comércio não são países, porém empresas, e redes de empresas.” (CASTELLS, 2003, p. 156). O que não significa desconsiderar a importância do papel dos governos e das instituições internacionais nesse processo. Uma vez que as redes de empresas dependem dos atos das instituições públicas no patrocínio, na restrição e na formação do livre comércio.

## **Conclusão**

Como, atualmente, as verdadeiras unidades de comércio não são mais os países e sim as empresas e redes de empresas, os blocos comerciais não fornecem elementos para se entender a complexidade da interação entre as estratégias governamentais e a concorrência entre as redes de empresas na disputa pelo mercado global. Diante dos problemas enfrentados por esses blocos no período analisado, as novas empresas globais, utilizando-se da modernização tecnológica e da normatização e regulação dos Estados, se tornaram agentes hegemônicos na remodelação do espaço global.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. **A Sociedade em Rede**. Vol. I. Trad. Roneide Venancio Majer. 7. ed. São Paulo. Paz e Terra 2003.
- DOLLFUS, Olivier. **Geopolítica do Sistema-Mundo**. In: SANTOS et al. O novo mapa do mundo: Fim de século e globalização. Hucitec: São Paulo, 1993
- POCHMANN, Marcio. **A mundialização das economias e os desafios dos sindicatos**. In: CARRION, Raul K. M. e VIZENTINI, Paulo G. Fagundes (orgs.). globalização, neoliberalismo, privatizações: quem decide esse jogo? 1. Ed. Porto Alegre. UFRGS, 1997.